

34ª edição do Concurso Africano de Julgamento Fictício sobre Direitos Humanos

Christof Heyns

Universidade da Cidade do Cabo

29 de junho - 5 de julho de 2025

Cape Town, África do Sul

CASO HIPOTÉTICO

**Diante do Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos
no caso entre**

A COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS

(em nome da Associação dos Migrantes **Zambezianos)**

e

BAHARIA

1. A Baharia é a nação mais próspera da África Central. A sua economia é impulsionada por recursos minerais como ouro, diamantes, platina, elementos de terras raras, e petróleo e gás, que contribuem para cerca de 55% do seu produto interno bruto (PIB). Estima-se que a Baharia possui uma riqueza natural inexplorada de cerca de 30 trilhões de dólares americanos. Ao contrário de muitos países da região, Baharia não tem um historial de guerra civil, tem gerido muito bem os seus recursos naturais e possui infraestruturas bem desenvolvidas, bem como serviços públicos de elevada qualidade, como escolas, hospitais e internet. Em contraste acentuado, os seus países vizinhos são mal-governados e assolados por instabilidade política, o que tem causado graves dificuldades económicas. Por conseguinte, ao longo dos anos, um grande número de cidadãos dos países vizinhos emigrou para a Baharia. O último recenseamento, realizado em 2018 pela Comissão de Estatística independente, revelou que cerca de 10 milhões dos 58 milhões de pessoas que residem atualmente na Baharia eram migrantes documentados e não documentados, requerentes de asilo e refugiados. Entre estes, cerca de 350 000 obtiveram formalmente o estatuto de refugiado. Kande é a capital da Baharia.
2. A Baharia tem um sistema jurídico tipicamente francófono, monista na relação entre o direito nacional e o direito internacional, sustentada pela Constituição escrita da Independência de 1963, que contém (no Capítulo 1) como direitos judicialmente exigíveis todos os direitos civis e políticos, mas nenhum dos direitos socioeconómicos, consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos ou no Pacto Internacional

sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Um dos compromissos resultantes das negociações para a independência, contido no Capítulo 1 da Constituição de 1963, era o facto de ser garantido o pleno direito de voto aos "não nacionais que vivam no país há pelo menos 10 anos". A Constituição de 1963 prevê, no seu artigo 5º, a alteração das suas disposições mediante maioria qualificada de dois terços do Parlamento, com exceção do Capítulo 2, que exige uma maioria de 75%. **A legislação ordinária pode ser alterada com uma maioria simples no Parlamento.** No seu preâmbulo, a Constituição da Baharia de 1963 proclama a reverência pelo "alto cargo do Presidente". A lei eleitoral de 1963 da Baharia permite que os não-cidadãos que apresentem provas convincentes de que vivem no país há pelo menos 10 anos sejam registados como eleitores e votem em todas as eleições. A Lei da Nacionalidade da Baharia, de 1965, estabelece que as crianças nascidas de pais baharianos têm nacionalidade bahariana e que as crianças nascidas de mães não nacionais se tornam nacionais da Baharia se for apresentada prova de que os seus pais têm nacionalidade bahariana. A organização judiciária do país é constituída por tribunais de primeira instância, vários tribunais superiores, um único Tribunal Supremo e um único Conselho Superior de Estado. O Tribunal Supremo é o tribunal supremo e último em todas as matérias, exceto as de natureza constitucional. Enquanto o Conselho Superior de Estado é o tribunal supremo e último em todas as questões constitucionais, todos os tribunais podem pronunciar-se sobre a aplicação e interpretação da Constituição. Embora os indivíduos tenham acesso a todos os tribunais em todas as matérias, excepcionalmente, as questões relativas à validade constitucional da legislação só podem ser decididas pelo Conselho Superior de Estado e apenas mediante um recurso apoiado por um terço dos deputados em exercício. De **acordo com a Constituição, o Presidente pode emitir decretos "no interesse da boa governança", que se tornam legalmente vinculativos apenas mediante ratificação unânime pelo Parlamento.**

3. A Zambézia situa-se a leste da Baharia. Os dois países estão separados pelo Lago da Zambézia, o maior lago de água doce de África. Tanto a Baharia como a Zambézia obtiveram a sua independência de França em 1963. No entanto, a Zambézia tem tido um desempenho económico muito pior do que o seu vizinho ocidental, em parte devido à prolongada guerra civil que eclodiu na Zambézia em 1968. Na altura, o governo recém-independente da Zambézia declarou-se um "Estado marxista-leninista com características capitalistas". Pouco depois da independência, o governo zambeziano nacionalizou todas as explorações agrícolas comerciais e assumiu a gestão dessas explorações para garantir, como observou na altura o seu Presidente, "que a terra servisse o povo e não os especuladores". Esta medida levou a uma saída de capitais, com a retirada das empresas francesas do país, e, conseqüentemente, a produção alimentar caiu a pique, levando a

frequentes carências alimentares. Mais de 60% dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados que vivem atualmente na Baharia são oriundos da vizinha Zambézia.

4. O governo da Zambézia moderou as suas políticas económicas depois de o governo dos EUA ter concordado, em 1982, em investir em grandes projectos de infraestruturas, o que estabilizou a economia e levou à adoção do Acordo de Paz de Turtle de 1988, que pôs fim à guerra civil e ajudou a preparar o caminho para as primeiras eleições multipartidárias em 1995. Apesar de um crescimento económico moderado desde o final da década de 1990, o país continua a ser um dos países menos desenvolvidos do mundo. De acordo com um relatório do PNUD de 2020, a Zambézia tinha então uma população de aproximadamente 45 milhões de pessoas, 60% das quais viviam abaixo do limiar de pobreza nas zonas rurais, onde não tinham acesso a água potável, eletricidade e um nível adequado de educação básica. O mesmo relatório estimava que a taxa de desemprego era de 36%, com uma taxa de desemprego de até 50% entre as pessoas com menos de 30 anos. Os salários dos trabalhadores qualificados na Zambézia eram, de acordo com o relatório do PNUD, em média 50% inferiores aos dos seus homólogos na Baharia. Consequentemente, tanto os trabalhadores qualificados como os não qualificados fugiram da Zambézia para a Baharia em busca de oportunidades económicas e de uma melhor educação para os seus filhos. A economia rural da Zambézia é largamente sustentada pelas remessas provenientes da Baharia.
5. Apesar da sorte desigual dos dois países, a Baharia e a Zambézia têm muito em comum. De acordo com os historiadores, um reino fundado no início do século XIV estendeu-se durante três séculos ao que constitui atualmente os territórios geográficos da Baharia e da Zambézia. Até hoje, os habitantes da Baharia e da Zambézia partilham uma cultura e uma língua comuns (baza). Os habitantes da zona deslocavam-se com relativa liberdade pela região até a colonização formal francesa em 1815.
6. A Baharia partilha fronteiras com dois outros países, Lucia e Mawago. Estes países têm uma história colonial diferente da Baharia e da Zambézia. Apenas algumas pessoas de Lucia e Mawago migraram para a Baharia, consistindo em cerca de 5 000 trabalhadores migrantes qualificados (que obtiveram autorizações de trabalho) e 20 000 migrantes sem documentos, incluindo cerca de 7 500 crianças. Todos estes Estados são membros activos da União Africana (UA) e das Nações Unidas (ONU).
7. A França criou a Federação da Baharia e da Zambézia (FeBaZa) em 1820, sob o controlo de um governo que governava em nome (e por conta) da França. Pouco depois da criação da FeBaZa, o governo francês importou para a Zambézia um

grande número de escravos das comunidades rurais da África Ocidental. Estes escravos, conhecidos como "Nkoafo" na língua baza, trabalhavam nas terras agrícolas atribuídas pelo governo francês. Anos mais tarde, os escravos Nkoafo integraram-se na cultura e tradição comuns da Zambézia e da Baharia. Um estudo realizado pelo Centro de História Colonial Africana (CACH), em abril de 1975, revela que os escravos Nkoafo perderam a sua ligação ancestral, a sua identidade nacional e as suas raízes culturais e, conseqüentemente, têm menos probabilidades de sucesso em qualquer tentativa de reconstituição das suas raízes ancestrais. Enquanto viveram na Zambézia, o governo francês ofereceu proteção aos escravos Nkoafo, mas não lhes concedeu o estatuto jurídico de cidadania federal.

8. Os franceses asseguraram o desenvolvimento da Baharia, considerando-o uma condição necessária para a extração rentável dos recursos minerais da região. Em contrapartida, considerava a Zambézia apenas como uma fonte de mão de obra e de terras agrícolas para fornecer alimentos à Baharia. O governo colonial também reivindicou a propriedade de grandes extensões de terra na Zambézia, depois de ter removido à força as pessoas que viviam na terra. Algumas destas terras foram mantidas em nome da FeBaZa e designadas como áreas protegidas para a vida selvagem, enquanto as restantes foram distribuídas para uso agrícola aos Nkoafo, que ganharam a reputação de serem extremamente trabalhadores e dignos de confiança. Os zambezianos deslocados migraram para a Baharia ou foram obrigados a trabalhar em fazendas/explorações agrícolas comerciais pertencentes ao Governo. Assim, em 1963, quando a Federação foi dissolvida e os dois países obtiveram a independência como países separados, um era significativamente mais desenvolvido do que o outro. Esta situação agravou-se quando, em 1968, eclodiu uma guerra civil na Zambézia devido a uma batalha de sucessão no seio do partido político no poder e único reconhecido.
9. A Baharia e a Zambézia conquistaram a sua independência de França em 1963 através da Carta da Independência, celebrada entre o governo colonial federal e os grupos pró-independência. O acordo exigia que os dois Estados recém-independentes garantissem o direito dos escravos Nkoafo que viviam na Zambézia a mudarem-se para a Baharia. Exigia também que a Baharia abrisse as suas fronteiras a todos os cidadãos e colonos franceses que desejassem fazer da Baharia a sua casa e que protegesse os direitos políticos de todos os colonos e escravos Nkoafo. Um afluxo de colonos franceses da Zambézia para a Baharia, antes das eleições, fez aumentar a população de "colonos franceses" na Baharia de cerca de 20% para aproximadamente 30% da população total. A Carta da Independência estipulava que os colonos franceses que viviam na Zambézia tinham os mesmos direitos e privilégios que os colonos franceses que viviam em

Baharia e vice-versa. Os colonos franceses e os escravos Nkoafos da Baharia formaram um partido político, o Parti Républicain (PR), e concorreram às eleições inaugurais que se seguiram à independência da Baharia. Com o apoio adicional de eleitores migrantes (que se designavam a si próprios por "peritos") e de enormes doações financeiras de empresas multinacionais francesas, o PR saiu vitorioso nas primeiras eleições para a independência, realizadas em 1964. A coligação entre o PR e os grupos de migrantes manteve-se no poder até ser substituída pelo Movimento para a Reforma Radical (MRR) em 2015.

10. Em 1965, o Parlamento da Baharia promulgou a Lei de Respeito à Presidência (LRP), que prevê:

Qualquer pessoa que denegrir, insultar ou ameaçar o Presidente incorre em infração penal e é passível de uma pena de prisão não inferior a cinco anos e não superior a vinte e cinco anos, sem possibilidade de pagamento de multa. Se o Tribunal Superior de Justiça considerar que o ato ou a conduta de uma pessoa condenada por esta infração é prejudicial ao interesse vital do Presidente ou do Estado, pode privar essa pessoa da sua nacionalidade bahariana.

Antes dos factos descritos no presente documento, a LRP tinha sido invocada apenas cinco vezes, tendo em cada uma delas sido condenada a penas de prisão de cinco anos. A última vez que a LRP foi invocada foi em julho de 1997. No entanto, nenhuma pessoa condenada ao abrigo da LRP foi privada da sua cidadania. **Todos os condenados eram cidadãos baharianos; e nenhum deles era Nkoato.**

11. A Baharia é um Estado parte nos tratados indicados a seguir com o ano de ratificação:

Tratado	Data de Ratificação/ Adesão
Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana)	20 janeiro de 1985
Convenção da OUA relativa aos Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África (Convenção da OUA relativa aos Refugiados)	30 agosto de 1975
Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados e respetivo Protocolo de 1967	25 agosto de 1975

Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação	23 outubro de 2019
Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos	10 junho de 1980
Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais	10 junho de 1980
Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	10 junho de 1980
Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes)	22 julho de 2014
Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança	21 fevereiro de 1995
Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo)	12 abril de 2007
Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em África (Protocolo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência)	23 abril de 2019
Protocolo à Carta Africana dos Direitos dos Cidadãos à Proteção Social e à Segurança Social	15 outubro de 2023
Protocolo à Carta Africana relativo aos Aspectos Específicos do Direito à Nacionalidade e à Erradicação dos Casos de Apatridia em África	20 março de 2024
Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança	15 junho de 2008
Protocolo à Carta Africana que cria o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (Protocolo do Tribunal Africano)	25 junho de 2005

Para além destes tratados, a Baharia não é parte de qualquer outro tratado relevante para os acontecimentos aqui descritos. Após a ratificação dos tratados, foram efectuadas alterações limitadas para alinhar a legislação nacional com alguns

dos tratados. Desde que aderiu ao Protocolo do Tribunal Africano, a Baharia não depositou uma declaração nos termos do n.º 6 do artigo 34.

12. Após a sua eleição em 1964, o governo do PR adotou medidas administrativas radicais pró-empresas e de mercado livre, que continuou a apoiar durante toda a sua administração. A economia da Baharia prosperou, em grande parte porque o país continuou a depender da mão de obra barata dos emigrantes da Zambézia, incluindo a mão de obra dos refugiados que tinham fugido da guerra civil. Mesmo após o fim da guerra civil, Baharia continuou a acolher migrantes da Zambézia. Embora os migrantes não fossem impedidos de entrar no país, mesmo quando não dispunham de documentação adequada dos seus países de origem, podiam adquirir o estatuto de residência permanente na Baharia. Os trabalhadores migrantes recebiam autorizações de trabalho com uma duração de dois a cinco anos, que deviam renovar quantas vezes quisessem. Durante a guerra civil, a Baharia não reconhecia os requerentes de asilo da Zambézia como refugiados. Em vez disso, considerava-os como trabalhadores migrantes que estava disposta a acolher. Um estudo independente publicado em 2018 concluiu que a força de trabalho migrante tinha, entre 1966 e 2016, contribuído anualmente com uma média de 25% do PIB do país. Até 2010, os grupos de migrantes nunca levantaram a questão da falta de autorizações de residência mais duradouras na Baharia, em parte porque os migrantes não enfrentavam qualquer discriminação ou impedimento ao gozo dos seus direitos no país.
13. Para melhor assimilar os escravos Nkoafo na sociedade bahariana, o governo do PR emitiu um decreto, concedendo excepcionalmente o estatuto de cidadania a todos os Nkoafo e aos seus filhos. O decreto também estabelecia que, a fim de 'promover a unidade nacional', todos os cidadãos franceses que haviam vivido no país por mais de dez anos se qualificavam para a cidadania baharina. O decreto do governo foi ratificado por unanimidade pelo Parlamento de Baharia em outubro de 1968. Nos anos que se seguiram, o governo do PR, com a aprovação do Parlamento da Baharia, transferiu os Nkoafo para Adane, uma pequena cidade no norte da Baharia, numa área conhecida pelo seu solo fértil e potencial agrícola. Adane alberga também grandes depósitos de platina e ouro. Ao longo dos anos, as empresas extractivas de Baharia têm-se dedicado, em grande medida, a uma exploração mineira segura e responsável na região. No entanto os residentes de Adane ao longo dos anos fizeram oito representações formais a entidades governamentais, queixaram-se do impacto ambiental das actividades mineiras na zona. Os Nkoafo, em particular, queixaram-se destas actividades de mineração os está a deslocar gradualmente das suas casas e terras agrícolas, afectando a qualidade dos seus meios de subsistência. O governo do PR, quando estava no poder, anunciou uma política de reabilitação para recuperar as casas e as terras

agrícolas destruídas dos escravos de Nkoafo. No entanto, a aplicação desta política foi interrompida porque o Parlamento da Baharia rejeitou sistematicamente a proposta de orçamento, invocando irregularidades e a falta de responsabilidade e transparência nos cálculos dos custos e despesas dos projectos emblemáticos do governo anterior.

14. Durante muitos anos, desde a independência, o PR manteve-se no poder, enquanto a oposição estava fragmentada em sete pequenos partidos. No entanto, na sequência da crise financeira mundial de 2008, que conduziu a uma profunda recessão na Baharia, os partidos da oposição uniram-se em 2010 para formar uma coligação com o objetivo de retirar o PR do poder. Denominada Movimento para a Reforma Radical (MRR), a coligação criticou ferozmente o PR pelas suas políticas económicas excludentes. De acordo com um relatório do PNUD de 2010, apesar de o PIB da Baharia ser igual ao de Espanha, cerca de 20% da sua população vive em extrema pobreza e a taxa de desemprego é de 30%, sendo os jovens e os negros africanos os mais afectados. Grande parte da economia permaneceu nas mãos dos descendentes dos colonos franceses. Os políticos do MRR também criticaram as políticas de migração do PR. O líder da ala juvenil do MRR, The Man Manowa, por exemplo, fez um discurso inflamado durante a campanha eleitoral, prometendo "expulsar todos os migrantes da Baharia", a quem também chamou "sanguessugas".
15. Apesar de um forte resultado eleitoral, o MRR não ganhou as eleições de 2010 contra o PR e seus parceiros de coalizão que acabaram formando o governo. No entanto o MRR rejeitou os resultados das eleições. Chamando a atenção para as disposições da lei eleitoral que permitem que os não cidadãos votem nas eleições, The Man Manowa afirmou que "estes estrangeiros roubaram as eleições" apenas devido a um "compromisso histórico de cedência". Realizaram-se grandes manifestações pró-MRR em todo o país, seguidas de uma agitação violenta generalizada, que teve como alvo empresas (incluindo pequenas empresas) pertencentes a imigrantes. Muitas lojas foram saqueadas e incendiadas e cerca de 300 pessoas ficaram feridas. Calcula-se que, durante esse protesto, tenham sido danificados e perdidos bens no valor de 20 milhões de dólares. Uma equipa de jornalistas de investigação revelou que, dos 22 milhões de eleitores inscritos para as eleições de 2010, cerca de 1,5 milhões eram "não nacionais". Num esforço para controlar e travar a propagação dos protestos, o partido no poder iniciou uma alteração à lei eleitoral (Lei de Alteração Eleitoral de 2013), nos termos da qual, no futuro, apenas os cidadãos seriam autorizados a votar nas eleições nacionais. Em 31 de dezembro de 2013, o Parlamento da Baharia adoptou a alteração com uma maioria de 67%. Posteriormente, o PR tentou alterar a lei da cidadania para facilitar a obtenção da cidadania bahariana pelos migrantes, permitindo que todos os

zambezianos nascidos na Baharia fossem registados como cidadãos baharianos. No entanto, quando este projeto de lei foi analisado em 2014, não foi aprovado, uma vez que apenas 45% dos deputados votaram a favor.

16. Com o apoio do número necessário de deputados, um grupo de migrantes zambezianos contestou, em 2014, impugnou a constitucionalidade da Lei de Alteração Eleitoral de 2013 perante o Conselho Superior de Estado, argumentando que a Lei era inconstitucional, uma vez que a maioria prescrita para alterar o Capítulo 1 não foi atingida. O Conselho, em 31 de outubro de 2016, proferiu a sua decisão, rejeitando a contestação com base no facto de uma "alteração fundamental das circunstâncias" ter tornado o requisito constitucional inaplicável no caso específico.
17. A Associação dos Migrantes Zambezianos (AZM) está registada como ONG na Zambézia, onde tem a sua sede. A AZM estava anteriormente registada como partido político na Baharia, onde tinha participado em eleições como parceiro de coligação do PR entre 1985 e 2014. Depois de a alteração à Lei de Alteração Eleitoral de 2013 ter retirado o direito de voto aos migrantes em Baharia, a Comissão Eleitoral de Baharia cancelou o registo da AZM como partido político e declarou-a uma organização ilegal, com base no facto de os seus membros serem migrantes ilegais. No final de 2014, a AZM obteve o registo como entidade sem fins lucrativos ao abrigo da lei zambeziana, com o objetivo principal de defender os direitos dos migrantes na região. A AZM afirma ter uma base de cinco milhões de membros, 80% dos quais residem na Baharia. A AZM não goza do estatuto de observador junto da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Comissão Africana).
18. Com a Lei de Alteração Eleitoral de 2013 em vigor, o MRR ganhou as eleições de 2015 com uma clara maioria. Pouco depois de chegar ao poder, o governo do MRR implementou o que designa por "programas de capacitação ampla" destinados a elevar a população africana, anteriormente marginalizada. Promulgou diploma legislativo, a Lei de Reparação de 2016, que exige que todos os empregadores do sector público e as empresas privadas que empregam mais de 10 pessoas dêem prioridade à nomeação de "africanos autóctones" devidamente qualificados, ou seja, africanos negros da Baía de várias etnias. Neste contexto, o governo adoptou em 2019 a "Política de Promoção Indígena (Política PI)", que introduziu um grande esquema de bolsas de estudo para o ensino superior financiado pelo Estado para financiar os primeiros três anos de ensino superior de todos os "africanos indígenas" que se qualificam para admissão em qualquer uma das universidades do país. A política de promoção indígena exclui expressamente os migrantes zambezianos ou os filhos de migrantes zambezianos como beneficiários,

independentemente do tempo de residência na Baharia. A "Política de Promoção Indígena" prevê igualmente que as escolas não podem inscrever crianças não cidadãs que não possuam as autorizações de residência exigidas. No entanto, prevê que podem ser autorizadas excepções à exclusão de não nacionais (do regime de bolsas de estudo e da exigência de autorizações de residência), com base em "méritos e necessidades excepcionais". Até agora, não foram autorizadas excepções para os zambezianos, enquanto foram autorizadas excepções limitadas para os cidadãos de Lucia e Mawago. Porque o governo sente que a Política de AI não foi rigorosamente cumprida, criou uma unidade especial da polícia chamada "Migrant Watch", para garantir que as escolas não matriculam crianças não-cidadãs que não têm as autorizações de residência necessárias. A unidade de Vigilância dos Migrantes foi rapidamente acusada de perseguir os diretores das escolas que não respeitavam as restrições de admissão. Como resultado das acções da unidade de Migrant Watch, muitas crianças zambezianas foram forçadas a abandonar a escola, e até outubro de 2024, não estavam frequentando a escola.

19. Uma parte considerável da população zambeziana que vive na Baharia é constituída por pessoas com várias deficiências, que em grande parte resultaram dos 20 anos de guerra civil na Zambézia. As pessoas com deficiência foram atraídas para a Baharia devido à falta de serviços para pessoas com deficiência na Zambézia. Os serviços para pessoas com deficiência são muito mais avançados em Baharia, e incluem a provisão de escolas especiais e dedicadas para crianças com deficiência. Existem dez dessas escolas em Baharia, e elas têm consistentemente operado em sua capacidade máxima. No entanto, a "Política de Promoção Indígena" determinou que as crianças com deficiência, nascidas de um progenitor de nacionalidade zambeziana, estão excluídas da frequência de escolas especiais para crianças com deficiência, devido à "natureza especializada da educação para crianças com deficiência e às implicações de custos inerentes", que, de acordo com a Política, "exigem que estes serviços sejam disponibilizados apenas aos nacionais". Entre 2019 e outubro de 2024, nenhuma criança zambeziana foi matriculada numa escola especializada para crianças com deficiência.
20. Em setembro de 2016, no âmbito do que designou por "extração revolucionária", o governo da MRR concedeu concessões de exploração mineira a duas empresas mineiras multinacionais, a Aders Lynx Industry e a Aminsangari Company Limited, em troca de uma participação de 50% em cada uma das empresas. Estas duas empresas obtiveram uma licença de exploração mineira de dez anos para extrair ouro e platina em Adane. Dois anos após a exploração mineira na zona de Adane, as duas empresas reabilitaram as terras agrícolas e os agregados familiares, incluindo os Nkoafo, que tinham sofrido com as anteriores actividades mineiras na

zona, invocando como base a responsabilidade social das empresas. Com o passar do tempo, em abril de 2021, os meios de comunicação social noticiaram que as actividades mineiras da Aders Lynx Industry e da Aminsangari Company Limited tinham começado a ter graves impactos adversos nos meios de subsistência da população local de Adane e arredores, uma vez que as principais massas de água que servem a população foram poluídas. Três meses mais tarde, um relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) confirmou os relatos dos meios de comunicação social e previu que dois terços do município de Adane poderiam ser deslocados até janeiro de 2026 se o governo não tomasse medidas rápidas para salvar a situação.

- 21.** Desiludida com a falta de reação do governo, a população de Adane deu início a manifestações de rua, apelando ao governo do MRR para que viesse em seu auxílio. Estas manifestações prolongaram-se por vários meses. Numa entrevista à BTV, uma estação de televisão nacional, o Chefe do Estado-Maior do Governo, Zumbe Duba, indicou que as notícias que circulavam nos meios de comunicação social eram falsas. Segundo ele, o fórum ministerial conjunto sobre mineração, em seu relatório de revisão do desempenho da mineração (MPRR) de março de 2021, classificou as empresas Aders Lynx e Aminsangari como as melhores empresas de mineração comprometidas com práticas de mineração seguras e responsabilidade social corporativa. Quando os relatórios foram rejeitados, os habitantes de Adane começaram a obstruir o funcionamento das empresas Aders Lynx e Aminsangari. Montaram bloqueios de estrada impedindo a entrada dos trabalhadores e das máquinas das duas empresas. Esta situação de insegurança prolongou-se durante dez meses. Durante este período, estima-se que o governo tenha perdido mais de 195 milhões de dólares em receitas. Um importante economista bahariano projetou que novas perturbações no sector mineiro da Baharia aumentariam a taxa de pobreza para 45% e a taxa de desemprego para 60% nos seis meses seguintes.
- 22.** No início de fevereiro de 2022, um grupo de mais de 2 000 pessoas, que se acredita serem os Nkoafo, invadiu o recinto da Casa Presidencial em Kande, para protestar. Os manifestantes empunhavam cartazes, alguns dos quais diziam: "O Governo MRR é corrupto", "As nossas vidas estão a ser sacrificadas por dinheiro", "Estamos a chegar! Esperem e vejam-nos destruir o vosso governo", e "Somos os Nkoafo; temos a França do nosso lado. Negligenciem-nos por vossa conta e risco". Outros entoaram antigas canções de guerra zambesianas e montaram bloqueios de estrada, obstruindo o trânsito de e para a casa presidencial. Durante o protesto, alguns homens sem rosto, fortemente armados, foram captados em direto pela televisão a tentar atacar a caravana presidencial que se dirigia para a Casa Presidencial. Alguns repórteres dos meios de comunicação social alegaram que a Presidente, Albertina Omonzo, se encontrava no carro que os homens tentaram

atacar. O carro em questão tem vidros fumados e ostenta a bandeira e o brasão de armas da Baharia. A polícia e as forças armadas destacadas para conter a situação não conseguiram restabelecer a calma. Dispararam balas de borracha e de plástico contra os manifestantes, dispersando-os. Até à data, não foi emitida qualquer declaração que confirme se a Presidente se encontrava no veículo visado na altura.

- 23.** Três dias após o incidente, a Presidente Albertina Omonzo dirigiu-se ao país. O seu discurso dizia o seguinte

"Desde tempos imemoriais, o nosso país tem sido uma casa para todos. Acolhemos todos os tipos de pessoas, incluindo párias e escravos, e tratamo-los bem. Os acontecimentos dos últimos três dias mostraram que estamos a cortar o nariz para cuspir na cara! Os Nkoafo, que assimilámos à comunidade bahariana, causaram-nos graves danos enquanto nação. E não podemos ficar de braços cruzados enquanto as suas atrocidades se vão acumulando, impedindo o nosso interesse coletivo e o nosso progresso como nação. Como todos devem saber, estes escravos não são de origem bahariana; tornaram-se um de nós com o bilhete do Parti Républicain neo-colonial. É altura de limpar o espaço dos nossos cidadãos. Por conseguinte, a partir de hoje, os Nkoafo que se juntaram ao protesto devem ser detidos, acusados e julgados de acordo com o LRP. Encarrego todos os organismos responsáveis pela aplicação da lei de perseguirem e prenderem esses malfeitores e de os levarem a tribunal. Eles devem receber uma lição para o resto das suas vidas miseráveis!"

- 24.** O discurso da Presidente suscitou reacções mistas por parte dos cidadãos em geral e dos grupos de activistas civis, locais e internacionais. Entre março e junho de 2022, a polícia prendeu 400 homens e mulheres que tinham participado no protesto de fevereiro, todos entre os escravos Nkoafo. A restante maioria escondeu-se por medo de ser presa e processada. Em agosto de 2022, todos os 400 detidos foram presentes ao Tribunal Superior de Kande, acusados de terem "ameaçado" a Presidente, violando a LRP. Após cinco meses de julgamento, o Tribunal Superior de Kande condenou-os a todos e ordenou a privação da sua nacionalidade bahariana em 23 de janeiro de 2023. O Tribunal considerou que as acções dos Nkoafo eram "gravemente prejudiciais para o interesse vital" da Baharia, na medida em que ameaçavam a máquina do governo, a segurança da Presidente e o interesse económico da Baharia. Uma semana depois, foram todos expulsos para a Zambézia, onde permanecem até hoje, tendo-lhes sido concedido o estatuto de apátridas. Em 27 de março de 2023, a AZM apresentou um recurso ao Tribunal

Supremo, contestando a privação da nacionalidade dos 400 Nkofo. Até à data, não foi fixada qualquer data para a audiência.

25. Na sequência da expulsão, alguns Estados do Norte Global, incluindo o Reino Unido e os EUA (que são aliados económicos da Zambézia), condenaram a privação e a expulsão dos 400 Nkofo como "desumana" e exigiram a restauração imediata da nacionalidade. Em contrapartida, outros Estados, nomeadamente alguns do Sul Global, consideraram a privação como um ato de soberania nos termos do direito internacional. Em nível internacional e regional, nem a ONU nem a UA condenaram a privação da nacionalidade dos 400 Nkofo por parte da Baharia, apesar de terem sido apresentadas várias petições à ONU e à UA para que intervissem e impusessem sanções à Baharia.
26. A forma como a Baharia tratou os trabalhadores migrantes da Zambézia e os 400 Nkofo afectou gravemente as relações entre os dois países vizinhos. Uma encontro diplomático bilateral realizada de 10 a 13 de outubro de 2023, em Kande, entre as Presidentes dos dois países, não conseguiu resolver as suas divergências. A crise diplomática agravou-se depois de a Presidente da Zambézia ter afirmado que a maior parte dos trabalhadores migrantes deportados pela Baharia para o seu país não eram cidadãos da Zambézia e não tinham qualquer ou pouca ligação com o país. "Não têm parentes aqui", disse a Presidente, "e não se lembram de que aldeia vêm ou onde fica". Na sua resposta, a Presidente da Baharia acusou a Zambézia de "abandonar o seu povo e esperar que nós - o seu vizinho - resolvamos os problemas económicos criados por si próprios" na Zambézia. "Não podemos continuar a absorver este fluxo de estrangeiros ilegais que vêm da Zambézia para criar problemas aqui", lamentou a Presidente.
27. Embora uma parte do eleitorado da Baharia tenha acolhido favoravelmente a aplicação de políticas de "inclusão racial e anti-migração", a pandemia de Covid e a guerra na Ucrânia afectaram gravemente a economia da Baharia, provocando o aumento da inflação e levando a um ressentimento generalizado contra o governo. Sentindo o crescente descontentamento do eleitorado em relação ao partido no poder, o MRR intensificou a sua retórica contra os migrantes. Num comício em Kande, a 5 de julho de 2023, realizado no maior estádio de futebol do país, com lotação esgotada, o recém-eleito líder da Ala Juvenil do MRR, filho de Man Manowa, conhecido como Boy Manowa, atribuiu as dificuldades económicas que o país atravessa atualmente aos migrantes da Zambézia, a quem acusou de "conspirar com os colonos brancos durante gerações para privar os Baharianos dos recursos naturais que Deus lhes deu". Apelou aos Baharianos patriotas para que "arrancassem o controlo da economia aos migrantes, ficando com o que é seu" e para que "reconquistassem o nosso país por todos os meios necessários".

- 28.** Após o comício, multidões de jovens lançaram-se à violência em zonas residenciais densamente povoadas, visando ostensivamente pequenas lojas e outros pequenos negócios geridos ou pertencentes a cidadãos estrangeiros, saqueando alguns e incendiando os que não podiam saquear. Os jovens de outras cidades juntaram-se ao frenesim na manhã seguinte. Nas 24 horas seguintes, dois jovens desarmados foram mortos a tiro e pelo menos cinquenta outros deram entrada no hospital com ferimentos de bala, mas se recuperaram mais tarde. Inicialmente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Segurança Interna, Dr. Zihale, minimizou a dimensão dos ataques, acusando as organizações que pediam a intervenção da polícia de serem "agentes de governos estrangeiros". Informou também a opinião pública de que "houve casos infelizes de disparos – até mesmo com balas de borracha ou de plástico, a ponto de agentes de segurança terem que defender a sua integridade física e a segurança de pedras e bombas de gasolina que lhes eram atiradas". No terceiro dia, e na sequência da ampla cobertura internacional dos ataques, a Presidente Omonzo leu uma declaração pública na qual demitiu o Dr. Zihale por ter subestimado a dimensão dos ataques e ordenava a polícia e o exército que tomassem as medidas adequadas para pôr termo aos ataques. Devido ao facto de os ataques terem sido generalizados e bem organizados, foram necessários cerca de 10 dias para que a polícia e o exército restabelecessem a ordem pública. Em 31 de julho de 2023, a Presidente nomeou uma comissão, composta por um juiz reformado do Conselho Superior de Estado, para efetuar um inquérito independente.
- 29.** Estima-se que os danos materiais causados pelos ataques ascenderam a 250 milhões de dólares. O relatório da comissão de inquérito independente, publicado em 1 de outubro de 2023, revelou que os ataques não revelaram qualquer padrão específico de entidades visadas. Constatou também que mais de 50% das vítimas eram proprietários de lojas migrantes, alguns dos quais sofreram lesões corporais, incluindo agressões sexuais. Além disso, o relatório identificou ainda vários mandantes dos ataques, todos eles ligados ao partido no poder. O relatório recomendava a detenção e procedimento criminal contra os instigadores, mas não o pagamento de qualquer indemnização, argumentando que não era possível estimar e verificar o prejuízo sofrido por cada vítima, que a maioria das vítimas eram comerciantes informais que não possuíam licenças de funcionamento ou documentos de registo e que as suas empresas não tinham registo de pagamento de impostos. Cinco dos sete chefes de quadrilha foram devidamente detidos, processados e condenados. O Diretor do Ministério Público das Baharias indicou que "estavam ainda pendentes outras investigações". Os cinco chefes de quadrilha foram condenados a penas que variam entre 10 e 20 anos de prisão.

- 30.** Em 1 de setembro de 2023, a AZM interpôs uma ação judicial no Tribunal Superior de Baharia contra o Governo de Baharia, levantando várias questões jurídicas. Em primeiro lugar, solicitou ao Tribunal que ordenasse o Governo da Baharia a indenizar as vítimas e as suas famílias pelas perdas e danos pessoais sofridos pelos migrantes da Zambézia devido aos ataques violentos de julho de 2023. Em segundo lugar, alegou que os vários aspectos da "Política de Promoção Indígena" discriminavam os zambezianos. O Tribunal Superior de Justiça indeferiu estes pedidos com base no facto de a AZM não poder provar que agia em nome de todos os zambezianos e por não ser reconhecida como pessoa jurídica/colectiva na Baharia. O Tribunal Supremo, em 30 de novembro de 2023, confirmou esta decisão.
- 31.** Depois de o Tribunal Supremo ter proferido o seu acórdão, a AZM começou com uma campanha de sensibilização e defesa em Baharia, "A Contribuição dos Zambezianos para a sociedade Bahariana", na qual destacou as contribuições culturais e económicas de alguns Zambezianos de alto nível para a sociedade Bahariana. O seu objetivo era mudar o estado de espírito e as percepções do público em relação aos não nacionais, especialmente na sequência das próximas eleições. No entanto, as esperanças do AZM de assistir a uma inversão do controlo político falharam quando, em 1 de outubro de 2024, o MRR obteve uma maioria parlamentar de 70%, a sua maior margem de vitória de sempre.
- 32.** Em 31 de outubro de 2024, a AZM apresentou uma comunicação à Comissão Africana, alegando várias violações dos direitos humanos cometidas pela Baharia contra os migrantes zambezianos e os Nkofo. Nessa comunicação, a AZM afirmava o seguinte: "Instamos a Comissão a submeter a questão à jurisdição do Tribunal Africano para que este tome uma decisão vinculativa sobre este assunto urgente e premente." A 29 de março de 2025, a Comissão Africana declarou a comunicação admissível e remeteu o caso para o Tribunal Africano para que este profira decisão sobre as seguintes matérias:
- (a)** A adoção e a aplicação pela Baharia da Lei de Alteração Eleitoral de 2013 são incompatíveis com a Carta Africana e outros tratados internacionais de direitos humanos aplicáveis.
 - (b)** A privação da nacionalidade dos 400 Nkofo pela Baharia, tornando-os apátridas, é ilegal e viola a Carta Africana e outras disposições de direito internacional em matéria de direitos humanos.

- (c) A Baharia violou a Carta Africana e outras leis internacionais pertinentes em matéria de direitos humanos ao adotar e aplicar a "Política de promoção dos indígenas".
 - (d) Baharia violou a Carta Africana e outros instrumentos internacionais de direitos humanos ao expulsar os 400 Nkoafo en masse para Zambézia e por não proteger os migrantes zambezianos dos ataques de julho de 2023.
33. A Comissão, na sua remessa, observa que a base para a remessa é que "as questões que este caso levanta são graves e podem exigir a invocação de ordens de correção vinculativas". O Tribunal Africano marcou a audiência do caso para 29 de junho a 5 de julho de 2025. Preparar alegações escritas separadas em nome da Comissão Africana, a Recorrente, e da Baharia, a Recorrida. Relativamente a cada um dos pedidos (a) a (d) acima, abordar a questão da jurisdição, admissibilidade, méritos e reparações.